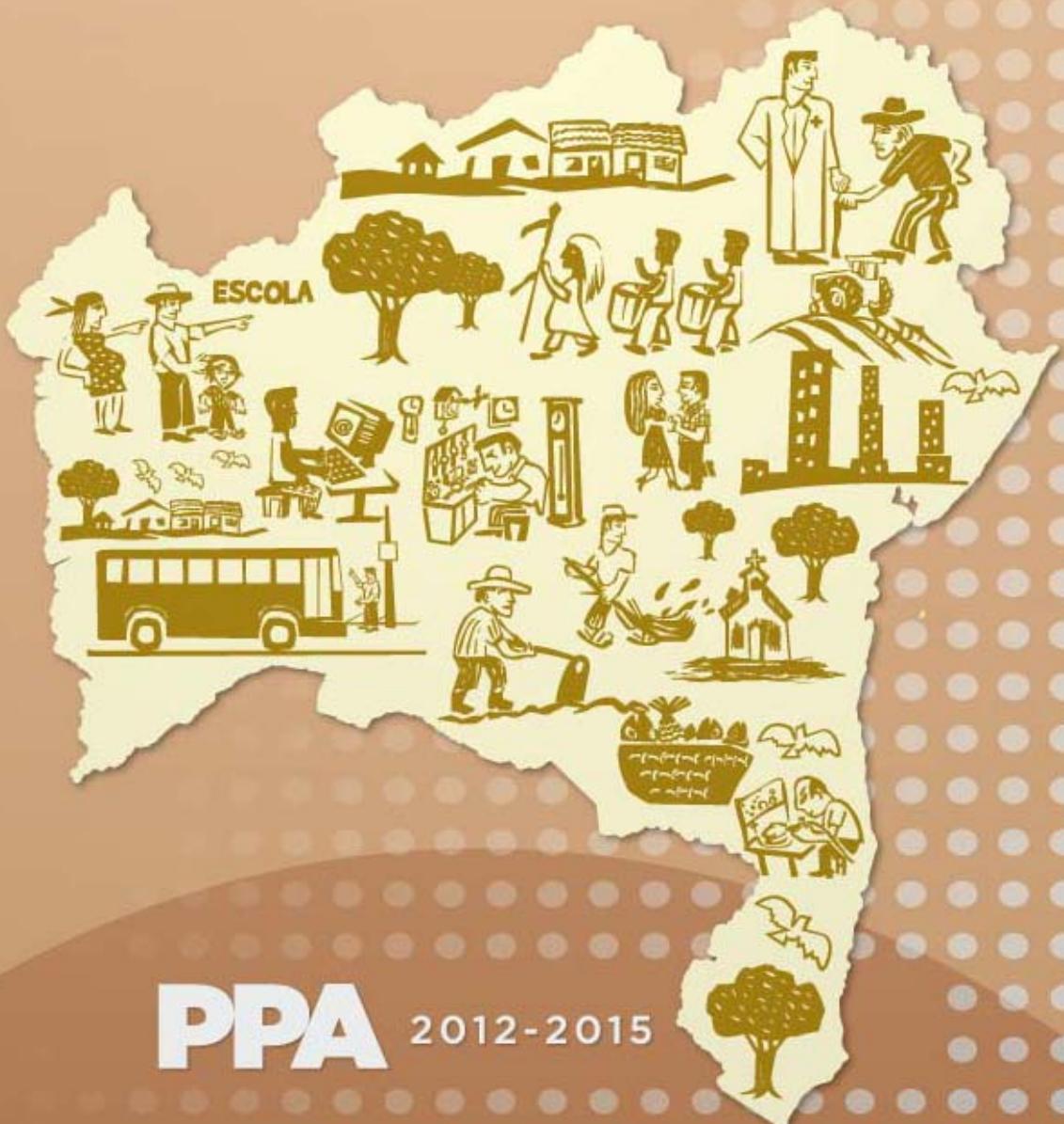


# Ministério Pùblico

## Eixo Estruturante Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania



**PPA** 2012-2015

## MINISTÉRIO PÚBLICO

### EIXO ESTRUTURANTE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA

A Constituição Federal de 1988 define para o Ministério Público (MP) um novo perfil atrelado à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que o caracteriza, verdadeiramente, como representante da soberania popular e como instituição autônoma, indivisível e funcionalmente independente.

Após o advento da Carta Magna de 1988, outras leis vieram no sentido de possibilitar a efetividade das tarefas constitucionais do MP, explicitando suas atribuições e legitimando-o expressamente para atuação na tutela, especialmente das pessoas portadoras de necessidades especiais, da criança e do adolescente, do consumidor, do patrimônio público, da ordem econômica e da livre concorrência, do idoso e do meio ambiente, dentre outras.

Na Bahia, sensível à defesa dos interesses da coletividade e preocupado com o imperativo de estancar inaceitáveis violações aos direitos de alcance social ou individual indisponíveis, a instituição organizou-se, com base na Lei Complementar Estadual Nº 11/96 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia, de modo a efetivar a instalação e o funcionamento de,

pelo menos, uma Promotoria de Justiça em cada uma das comarcas do nosso Estado.

E mais: considerando a necessidade de descentralização de suas atividades, investiu numa estrutura constituída por órgãos de administração superior, 47 Procuradorias de Justiça, 29 Promotorias Regionais, nove Centros de Apoio Operacional, dez Grupos de Atuação Especial e 17 Núcleos, além dos órgãos auxiliares, que oportunizam uma ampla rede de parcerias e integração.

Para assegurar dinamismo a essa estrutura, o Ministério Público conta atualmente com 1.582 integrantes, sendo 567 membros e 1.015 servidores. Dentre os membros, 47 são Procuradores de Justiça que integram o Colégio de Procuradores de Justiça, dentre os quais nove são eleitos para compor o Conselho Superior, junto aos órgãos jurisdicionais de primeira instância. Quanto ao quadro de servidores, conta-se com o total de 1.015, dos quais 777 efetivos e 238 comissionados (dentre estes últimos, cerca de 20% são também efetivos).

As funções institucionais são exercidas diretamente por 193 Promotores de Justiça na capital e 327 no interior, cabendo-

-lhes a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, enquanto que as atividades auxiliares dos órgãos do MP ficam a cargo de servidores também distribuídos entre capital e interior.

Nestes vinte anos de vitalidade da Constituição Federal, o *parquet* baiano vem promovendo sucessivos concursos públicos, de modo a ampliar o seu quadro para atendimento às novas atribuições que lhe foram impostas, em função de uma realidade social caracterizada pelas desigualdades socioeconômicas, na qual o desempenho estatal relacionado às suas obrigações básicas fica, ainda, a desejar, especialmente em estados que, como a Bahia, detêm grande contingente populacional.

Na perspectiva exposta, é notório que o crescimento da demanda social por serviços do Ministério Público não pode ser equacionado, exclusivamente, com o aumento contínuo dos integrantes da carreira. Tal medida é imprescindível, mas, por si só, não resolveria a questão.

É nesse contexto que o Ministério Público da Bahia identificou a premente necessidade de um novo modelo de gestão, dando início a um processo participativo e envolvendo todos os segmentos da instituição e da sociedade, para construção do seu Plano Estratégico 2012-2023.

A efetivação desse avanço implicou na priorização e no ordenamento das iniciativas estratégicas, considerando que há muito a ser feito e, não existindo todos os meios necessários, o caminho é analisar, de forma criteriosa, o quadro da realidade e priorizar o que de mais importante e crucial precisa ser feito, em função das necessidades emergenciais detectadas na sociedade, quais sejam:

- a defesa do sistema social;
- saúde pública de qualidade;
- educação pública de qualidade.

Participando do processo de planejamento do Estado para o período 2012-2015, o MP preservou a programação básica constante do Plano Estratégico – PE/MP – 2012-2023, no qual estão estabelecidos a Missão, Visão e Valores, além das políticas institucionais. Estas são aqui entendidas como as diretrizes gerais que expressam os limites nos quais as ações da organização e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da Missão para alcance da Visão. São elas:

- valorizar as pessoas: proporcionar satisfação, ambiente salutar e condições de desenvolvimento às pessoas;
- fomentar a pró-atividade: estimular a postura antecipativa e a inovação constante com foco na atuação resolutiva;
- buscar excelência: pautar a gestão em padrões de classe mundial de excelência;
- fortalecer a unidade institucional: promover a integração e atuação concatenada;
- promover a cooperação interinstitucional: realizar parcerias estratégicas para o atendimento satisfatório às demandas sociais.

A matriz programática para o quadriênio 2012-2015 contempla os programas de Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena e Modernização do Ministério Público.

O primeiro abarca compromissos delimitados para a área finalística, incluindo a contribuição do MP ao aperfeiçoamento de suas atividades nas áreas de competência como (i) o sistema de defesa social, (ii) saúde pública de qualidade, (iii) educação pública de qualidade, (iv) probidade na gestão pública, (v) proteção da criança e do adolescente, (vi) defesa da cidadania, (vii) defesa do meio ambiente, (viii) defesa dos direitos do consumidor, (ix) fortalecimento das alianças estratégicas, (x) instrumental normativo do Ministério Público e (xi) aperfeiçoamento da atuação funcional.

O Programa de Modernização do Ministério Público permeará as diversas ações da instituição para assegurar a continuidade do processo de modernização, tendo em vista a melhoria da qualidade e a garantia de uma eficiente oferta de serviços à população. Os compromissos integrantes do Programa estarão voltados à implantação e implementação da gestão estratégica, melhoria da gestão administrativa, incremento de recursos e fortalecimento da gestão orçamentária e financeira, aperfeiçoamento da gestão de pessoas, ampliação e melhoria da infraestrutura tecnológica e implantação de um novo modelo de gestão de tecnologia da informação, além do fortalecimento da imagem institucional.

A expectativa é de que as intervenções propostas possibilitem ao Ministério Público galgar patamares cada vez mais elevados de atuação, contribuindo para o fortalecimento da sua condição de guardião dos direitos fundamentais assegurados ao homem.

## ÁREA TEMÁTICA DEFESA DA SOCIEDADE

Cabe ao Ministério Público exigir dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública o respeito aos direitos elencados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia. Nessa perspectiva, o Ministério Público é a instituição a que é atribuída a defesa da sociedade, de forma e em alcance legitimados, passando a intervir na vida social em defesa dos direitos fundamentais explícitos e implícitos.

Para atingir tal desiderato, a própria Constituição e as normas que a regulamentam armam o MP de uma gama de instrumentos dos quais podem os promotores e procuradores de Justiça lançar mão, tais como a Ação Civil Pública, a Ação Penal Pública e o Inquérito Civil – estes com exclusividade –, sem esquecer da via mais ampla e democrática que será, sempre, a da educação e do contato com a sociedade na qual está inserido o Ministério Público e suas magnas atribuições.

Evidencia-se que os diferentes tipos de manifestações de violência têm sua ocorrência aumentada, em especial aquelas infrações a normas e leis que prejudicam o indivíduo por motivo fútil e incoerente, ocasionando um senti-

mento social de insegurança e ansiedade. Este fenômeno constitui-se em característica dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e, hoje, embora a situação seja mais grave nos grandes centros urbanos, a violência e a insegurança estão disseminadas, inclusive na zona rural. Suas causas são oriundas das condições de subdesenvolvimento, a exemplo da disparidade em relação à distribuição de renda, baixo nível de escolaridade, condições extremamente precárias de moradia, fome, subnutrição e gravames relacionados à saúde.

Prolifera nas diversas regiões do país o crime organizado, entendido como os agrupamentos mais sofisticados na elaboração de planejamentos que envolvem, por exemplo, o tráfico de drogas e redes respectivas de consumo, as modalidades de extorsão e sequestro, a militarização dos marginais e da sociedade como um todo, casos de corrupção, guerras de gangues ou de facções criminosas, narcotráfico e bicheiros como segmentos consolidados e arraigados na estrutura social.

No Estado da Bahia, os indicadores de violência têm tido comportamento similar ao nacional, a despeito dos es-

forços empreendidos pelo Governo. Os investimentos na área de segurança pública ainda não são suficientes para sanar as carências ou inadequações do aparelho estatal, tais como instalações físicas, viaturas, armamentos e equipamentos (principalmente os de proteção individual do policial) para atendimento às demandas na área, além de comunicação deficiente e uso ainda precário da tecnologia da informação.

Nos 417 municípios baianos, a situação dos quartéis e das delegacias de polícia é precária e a maior parte deles necessita de aparato para bem servir suas comunidades. Na área de saúde, a Bahia está a requerer melhoria nos índices de cobertura pelo programa Saúde na Família e na oferta de leitos hospitalares. Por outro lado, há que se reduzir significativamente a mortalidade materna e infantil e melhorar o acompanhamento das gestantes.

Em comunidades historicamente excluídas, como as assentadas, quilombolas, ribeirinhas, moradores de favelas e de rua, as carências são maiores. Mesmo onde existem agentes e equipamentos públicos, a população se ressente da inadequação do modelo de atenção e da alta rotatividade dos profissionais, comprometendo a qualidade da atenção e o vínculo com a comunidade e os usuários. Desse modo, ficam prejudicados o trabalho dessas equipes e a articulação com a comunidade para o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Mesmo com o aumento de investimentos na área pelo Governo Federal, que a partir de 2003 ampliou em 80% o repasse das verbas para todos os estados brasileiros, a saúde pública ainda requer muitos hospitais, fornecimento regular de medicamentos e melhor aparelhamento para a diminuição das filas de atendimento que afetam boa parte da população, especialmente a mais carente.

Na área de Educação verifica-se que, apesar de indicadores que mostram atendimento quase universalizado para o ensino fundamental, obrigatório para a população de 7 a 14 anos, estudos apontam para importantes problemas pendentes de solução. Dentre eles, o aumento da taxa de repetência, que gera a manutenção da defasagem de idade-série e da evasão escolar. No que tange à qualidade, os dados das avaliações externas, em nível nacional e es-

tadual, apontam para ponderável distância entre as competências e habilidades que o aluno deveria ter e aquelas que demonstram ter adquirido.

Dentre os fatores que agravam a situação do sistema educacional estão, ainda, os baixos salários pagos aos professores e a insuficiência de investimentos – tanto nas estruturas das escolas como na formação de profissionais atuantes na educação.

Com relação à infância e adolescência, prioridade absoluta no que se refere à salvaguarda de seus direitos fundamentais, não obstante os esforços legislativos que garantem ao Brasil uma das legislações mais avançadas do mundo, os problemas enfrentados são muitos e as dificuldades e ameaças provêm de diversificados segmentos e fatores: dos meios de comunicação, de um processo açoitado de globalização, de uma precária condição socioeconômica, da pouca condição do poder público e até do próprio seio familiar.

Dentre os direitos fundamentais da criança e do adolescente que requerem intervenção efetiva do Governo para a contenção de vetores adversos, destacam-se:

- a exploração do trabalho infantil, que se apresenta como uma realidade dos países subdesenvolvidos, principalmente no meio rural. O posicionamento dos pais em relação ao trabalho dos seus filhos, em especial nos segmentos de baixa renda, é muitas vezes de incentivo, visando a assegurar o complemento da renda familiar, com prejuízos ao desenvolvimento educacional, lesões à saúde e aviltamento da infância, com graves repercussões no convívio social, lazer e educação;
- o abuso sexual, cujas principais vítimas são meninas, tanto nas ruas quanto em suas próprias casas. Nas ruas podem ser exploradas comercialmente, enquanto que em suas casas esta violência apresenta-se como abuso intrafamiliar, em situações de difícil identificação pelas autoridades;
- a violência, abrangendo desde a negligência até a violência física ou sexual, frequente tanto no âmbito doméstico quanto no público. A violência doméstica apresenta-se como a negligência dos pais frente à educação, à saúde, ao respeito, ao afeto e à dignidade, entre outros direitos fundamentais citados.

A área do meio ambiente é de grande relevância e os seus problemas podem ser diferenciados em dois tipos, interligados porém distintos: os de âmbito global, a exemplo da perda da biodiversidade, o efeito estufa e os danos à camada de ozônio, que repercutem no mundo como um todo, e os regionais, que têm relação direta com o desenvolvimento e a pobreza, sendo exemplos a falta de saneamento básico, condições inapropriadas de habitação etc.

No Brasil, a defesa do meio ambiente é tarefa das mais árduas. De um lado, pelo estupendo manancial biológico de que é dotado o país, situando-o num patamar de importância planetária nesse aspecto, e, do outro, pelas dificuldades de coadunar as aspirações de progresso como nação e a proteção desse manancial.

No presente, os principais problemas estão relacionados com as práticas agropecuárias, o extrativismo vegetal e a gestão dos resíduos urbanos, constituindo-se em agravantes principais a perda da biodiversidade, em razão do desmatamento e das queimadas, a degradação e esgotamento dos solos, decorrente das técnicas de produção, a escassez da água, pelo mau uso e gerenciamento das bacias hidrográficas e contaminação dos corpos hídricos por esgoto sanitário, e a poluição do ar nos grandes centros urbanos.

Destaque também para os atos de improbidade administrativa que ocorrem na nossa sociedade, demandando o fortalecimento dos órgãos de controle do meio ambiente.

No tocante à área do consumidor, há que se considerar que a sociedade contemporânea impõe ao indivíduo o consumo de bens e serviços. Esse consumo abrange o processo produtivo das indústrias, a agricultura, a produção de alimentos e a área de serviços de uma forma geral, incluindo o comércio, os transportes e os serviços bancários, apenas para citar os mais relevantes. Nesse contexto, o alcance dos direitos individuais e coletivos se amplia na mesma proporção em que crescem as responsabilidades dos produtores e fornecedores.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, através do seu balanço anual de atendimentos, referente a 2010, apontam os setores que se mantém no topo dos principais problemas de consumo: os planos

de saúde, telecomunicações e serviços financeiros. O apagamento em relevância dos setores de energia elétrica, veículos, educação, lazer e entretenimento pode ser atribuído ao crescimento econômico do país, como as facilidades para aquisição de veículos e aumento do acesso da população à educação privada, ao lazer e ao entretenimento.

Outro ponto a ser destacado refere-se aos direitos das minorias, também amplamente desrespeitados. Podemos arrolar como tais os grupos de deficientes físicos, os negros, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, dentre outros que sofrem limitações da sociedade quanto ao exercício de suas práticas culturais ou estilos de vida.

Aos deficientes físicos e portadores de necessidades especiais são impostas restrições e impedimentos os mais variados. Uma primeira e grande dificuldade vivenciada por eles dá-se na esfera das relações sociais. As escolas no Brasil, com suas estruturas e pedagogia, não foram preparadas e ainda resistem ao recebimento de pessoas portadoras de deficiência e/ou de necessidades especiais.

Outro relevante problema para os portadores de deficiência são as barreiras arquitetônicas, tendo em vista que as cidades, prédios e as construções públicas, de um modo geral, não foram projetados considerando o atendimento às necessidades específicas.

Por sua vez, os negros no Brasil passam por um tipo peculiar de discriminação que não é ostensiva, no mais das vezes subliminar, embora mais recentemente tenha-se começado a praticar, no país, as políticas de discriminação positiva.

Apesar dos avanços legais como a Lei Maria da Penha, o Brasil ainda possui altos índices de violência doméstica, tanto contra crianças quanto contra mulheres, cujas principais causas são alcoolismo e vício em drogas, além da pobreza e baixa escolaridade. As mulheres de baixa renda que sofrem com o problema têm acesso limitado à justiça e o seu contato com o sistema de justiça criminal resulta, muitas vezes, em maus tratos e intimidações.

A situação contextualizada evidencia o quanto é delicada a questão dos direitos humanos no Brasil.

Maculam-se direitos constitucionalmente assegurados como a liberdade, a igualdade e a segurança. E é nesse sistema de claras diferenças sociais que se impõe a necessidade de atuação do Ministério Público, com uma postura mais acerbada, em resposta às singulares exigências impostas por uma realidade social desagregadora e em defesa da sociedade que o legitima.

Para enfrentar desafios de tal magnitude, o Ministério Público deve assegurar a continuidade do seu processo de modernização, envolvendo modelos de gestão, o capital humano e a infraestrutura física e tecnológica, além de buscar métodos e soluções inovadoras que propiciem o monitoramento constante de sua atuação, com foco em resultados efetivos para a sociedade.

Eixo Estruturante	<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>
Área Temática	<b>DEFESA DA SOCIEDADE</b>
Programa	<b>DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA</b>

## Ementa

Cumprir as atribuições constitucionais, intervindo na vida social em defesa das garantias e dos direitos fundamentais explícitos e implícitos da sociedade, priorizando: o combate à criminalidade, a garantia da disponibilização de saúde e educação pública de qualidade, a fiscalização permanente da probidade na gestão pública, à proteção da criança e do adolescente, à proteção do meio ambiente e a defesa da cidadania e dos direitos humanos para transformação da realidade social, e da construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e solidária

## Recursos do Programa **R\$ 9.967.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Comarcas do Estado da Bahia Assistidas Permanentemente pelo MP	%	2011	59,00	86,00
Quantidade de Operações de Repressão aos Crimes Econômicos-tributários	Nº	2011	5	24
Índice de Municípios Fiscalizados com Relação à Utilização de Recursos Obrigatórios por Lei para a Educação	%	2011	5,00	20,00
Índice de Resolutividade no Combate ao Abate e Comercialização Clandestina de Animais	%	2011	15,00	30,00
Percentual de Reconhecimento e Registro de Crianças e Adolescentes	%	2010	20,85	20,00
Quantidade de Operações de Fiscalização na Defesa do Meio Ambiente	Nº	2010	12	40

**Compromisso** Contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social, visando à redução dos índices de criminalidade no Estado

**Órgão Responsável** Ministério Público

**Meta** Implantar 08 Promotorias de Justiça de Defesa Comunitária

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	08	Unid

**Meta** Realizar 30 operações no combate ao crime organizado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	30	Unid

**Meta** Efetivar 24 operações de repressão aos crimes econômico-tributários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	24	Unid

**Meta** Realizar 12 eventos na área criminal

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	12	Unid

**Meta** Estruturar 30 centrais de inquérito

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	30	Unid

<b>Eixo Estruturante</b>	<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>			
<b>Área Temática</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE</b>			
<b>Programa</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA</b>			
<b>Entrega/Iniciativa</b>				
Aperfeiçoamento da atuação no combate ao crime organizado				
Fomento a atuação preventiva e articulada entre os órgãos do Sistema de Defesa Social, no combate à criminalidade				
Ampliação da atuação no controle externo da atividade policial				
Aperfeiçoamento de ações de prevenção e repressão aos crimes econômico-tributários				
Aperfeiçoamento de ações ministeriais na melhoria da execução penal e do sistema penitenciário				
Apoio a implantação de um novo modelo de segurança pública				
<b>Compromisso</b>	Contribuir para a promoção da Saúde Pública de qualidade, com ações e medidas voltadas para a melhoria e acesso universal e igualitário aos serviços de saúde no âmbito do Estado			
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público			
<b>Meta</b>	Realizar 20 eventos na área de saúde			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	20	Unid		
<b>Meta</b>	Concluir com resolutividade 50% dos inquéritos civis e procedimentos preparatórios			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	50	%		
<b>Meta</b>	Monitorar e Fiscalizar 30% de unidades de atenção básica			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	30	%		
<b>Meta</b>	Realizar 70% de medidas extrajudiciais e/ou judiciais			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	70	%		
<b>Meta</b>	Fiscalizar 20% dos municípios para verificação da correta aplicação dos recursos na área de saúde			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	20	%		
<b>Entrega/Iniciativa</b>				
Aperfeiçoamento da atuação na apuração de infrações relacionadas à bioética, ao biodireito e ao erro médico				
Fiscalização do acesso universal e igualitário ao serviço público de saúde com qualidade				
Fiscalização do repasse e da aplicação das verbas destinadas à saúde				
Fomento à implantação de políticas públicas na oferta de serviços de saúde				
<b>Compromisso</b>	Contribuir para a promoção da Educação Pública de qualidade, garantindo a sua oferta e acesso no Estado			
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público			
<b>Meta</b>	Fiscalizar 30% dos municípios que receberam recursos do Fundeb/FNDE			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	30	%		

<b>Eixo Estruturante</b>	<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>			
<b>Área Temática</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE</b>			
<b>Programa</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA</b>			
<b>Meta</b>	Fiscalizar 05% das unidades escolares estaduais e municipais com possíveis irregularidades ou reclamações			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	05	%		
<b>Meta</b>	Realizar audiências públicas em 25% dos municípios do Estado para esclarecer programas/projetos da erradicação do analfabetismo			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	25	%		
<b>Entrega/Iniciativa</b>				
Fiscalização da oferta e do acesso à educação infantil, aos ensinos fundamental e médio e à educação especial				
Fiscalização das políticas públicas de promoção e oferta de educação pública de qualidade				
Realização de ações de combate ao analfabetismo				
<b>Compromisso</b>	Contribuir para a promoção da Probidade na Gestão Pública, atuando quando houver qualquer indício de improbidade no Estado			
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público			
<b>Meta</b>	Realizar 08 eventos de esclarecimento/audiências públicas voltadas para a promoção de transparência na administração pública			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	08	Unid		
<b>Meta</b>	Concluir 20% de procedimentos investigatórios por ano			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	20	%		
<b>Meta</b>	Realizar 08 seminários/reuniões realizados com as federações e entidades do terceiro setor			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	08	Unid		
<b>Meta</b>	Fiscalizar 20% de Fundações e entidades de interesse social na Bahia			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	20	%		
<b>Meta</b>	Capacitar 30% de membros e servidores, com atuação na área de terceiro setor			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	30	%		
<b>Meta</b>	Cadastrar 40% dos municípios com entidades do terceiro setor			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	40	%		
<b>Entrega/Iniciativa</b>				
Combate à improbidade administrativa e a defesa do patrimônio público				

<b>Eixo Estruturante</b>	<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>			
<b>Área Temática</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE</b>			
<b>Programa</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA</b>			
Ampliação das ações ministeriais para o aperfeiçoamento da persecução criminal dos crimes atribuídos a gestores públicos estaduais e municipais				
Fiscalização da aplicação das verbas públicas destinadas às entidades do terceiro setor				
Fiscalização dos recursos destinados à saúde pública				
Fiscalização dos recursos destinados à educação pública				
Promoção de ações para assegurar a transparência das gestões e contas				
<b>Compromisso</b>	Contribuir para a promoção da Defesa da Cidadania, visando a garantia dos direitos humanos constitucionais no Estado			
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público			
<b>Meta</b>	Promover 32 audiências públicas sobre a defesa da mulher, dos homossexuais e dos direitos das pessoas com deficiência física ou sensorial			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	32	Unid		
<b>Meta</b>	Realizar 08 campanhas de conscientização sobre direitos das pessoas com deficiência física ou sensorial e dos idosos			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	08	Unid		
<b>Entrega/Iniciativa</b>				
Fiscalização da implementação de políticas públicas básicas de promoção da cidadania e redução das desigualdades				
Ampliação de ações de combate à discriminação racial e de gênero				
Ampliação da atuação na proteção e defesa das garantias das pessoas com transtornos mentais				
Ampliação de ações de proteção e defesa das garantias e direitos dos idosos				
Análise e acompanhamento de processos relativos à ocupação agrária e urbana, objetivando evitar abusos e atos de violência contra os cidadãos				
Divulgação de informações sobre o respeito aos direitos das pessoas com deficiência física ou sensorial				
<b>Compromisso</b>	Contribuir para a promoção da Defesa dos Direitos do Consumidor, visando o cumprimento das normas de proteção e dos direitos constitucionais			
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público			
<b>Meta</b>	Gerar 20% de compromissos de ajustes de conduta em função do combate ao abate e à comercialização de animais e seus derivados			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	20	%		
<b>Meta</b>	Gerar 50% das execuções do total de TACs não cumpridos relativas ao combate, ao abate e à comercialização clandestinos de animais			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	50	%		
<b>Meta</b>	Fiscalizar 20% dos municípios com relação a oferta de serviços públicos de energia elétrica			

<b>Eixo Estruturante</b>	<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>	
<b>Área Temática</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE</b>	
<b>Programa</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA</b>	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	20	%
<b>Meta</b>	Fiscalizar 20% dos municípios com relação a oferta de serviços públicos de esgotamento sanitário	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	20	%
<b>Meta</b>	Fiscalizar 15% dos municípios com medidas decorrentes de operadoras de planos de saúde suplementar	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	15	%
<b>Meta</b>	Implementar medidas em 20% dos municípios para a criação e estruturação das vigilâncias sanitárias municipais	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	20	%
<b>Meta</b>	Implementar medidas em 15% dos municípios para a criação e estruturação de Procon municipais	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	15	%
<b>Meta</b>	Concluir com resolutividade 30% das ações de combate ao abate e à comercialização clandestinos de animais e seus derivados	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	30	%
<b>Meta</b>	Promover 04 campanhas na área do direito do consumidor	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	04	Unid
<b>Meta</b>	Efetivar 15 operações de fiscalização de armazenamento e comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	15	Unid
<b>Meta</b>	Efetivar 15 operações de combate ao abate e à comercialização clandestinos de animais e seus derivados	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	15	Unid
<b>Meta</b>	Realizar 05 operações de combate à adulteração de combustíveis e ao cartel de combustíveis	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	05	Unid

<b>Eixo Estruturante</b>	<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>			
<b>Área Temática</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE</b>			
<b>Programa</b>	<b>DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA</b>			
<b>Entrega/Iniciativa</b>				
Ampliação de ações de combate ao abate e a comercialização clandestinas de animais e seus derivados				
Ampliação de ações de combate à formação de cartéis de combustíveis				
Fiscalização de operadoras de planos de saúde suplementar				
Fiscalização do fornecimento, da continuidade e da qualidade dos serviços públicos prestados diretamente ou concedidos				
<b>Compromisso</b>	Contribuir para a proteção da criança e do adolescente, assegurando o cumprimento dos direitos infanto-juvenis previstos em Lei			
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público			
<b>Meta</b>	Empreender medidas em 50% dos municípios para a estruturação dos Conselhos Tutelares			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	50	%		
<b>Meta</b>	Fiscalizar 25% dos municípios para a efetiva implantação de programa na área de combate a violência sexual contra criança e adolescente			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	25	%		
<b>Meta</b>	Fiscalizar 40% dos municípios para efetiva implantação da regionalização do atendimento socioeducativo em meio aberto e fechado			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	40	%		
<b>Meta</b>	Identificar 20% de reconhecimento e registro de criança e adolescente no Projeto Paternidade Responsável			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	20	%		
<b>Entrega/Iniciativa</b>				
Ampliação de ações ministeriais no combate do subregistro de nascimento				
Ampliação de ações ministeriais de combate ao uso de substância psicoativa por criança e adolescente				
Ampliação de ações de combate ao abuso, à violência e à exploração sexual de criança e adolescente				
Ampliação de ações de combate ao trabalho infantil e à fiscalização do trabalho do adolescente e dos programas de aprendizagem				
<b>Compromisso</b>	Assegurar e defender o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum e essencial à qualidade de vida da população do Estado			
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público			
<b>Meta</b>	Implantar 10 Promotorias Regionais Especializadas em Meio Ambiente			
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Estado	10	Unid		
<b>Meta</b>	Realizar 40 operações de fiscalização ao meio ambiente			

<b>Eixo Estruturante</b>	<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>	
Área Temática	<b>DEFESA DA SOCIEDADE</b>	
Programa	<b>DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA</b>	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	40	Unid
<b>Meta</b>	Realizar 20 eventos na área de meio ambiente	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Estado	20	Unid
<b>Meta</b>	Construir 01 unidade de base ambiental	
<b>Regionalização</b>	<b>Quantidade / Detalhamento</b>	<b>Unidade de Medida</b>
Baixo Sul	01	Unid
<b>Entrega/Iniciativa</b>		
Ampliação de ações na Defesa das Bacias Hidrográficas e da Mata Atlântica		
Ampliação de ações para o desenvolvimento sustentável do semiárido na Bahia, através do combate à desertificação e proteção da caatinga e do cerrado		
Proteção e defesa do patrimônio histórico e cultural		
Prevenção e combate às infrações penais ambientais		

Eixo Estruturante	<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>
Área Temática	<b>DEFESA DA SOCIEDADE</b>
Programa	<b>MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>
<b>Ementa</b>	
Promover a modernização das políticas organizacional e de gestão do Ministério Público do Estado da Bahia, visando aperfeiçoar cotidianamente sua atuação no cumprimento da missão institucional, em consonância com as atribuições constitucionais; ampliar os mecanismos de interação com a sociedade, a partir da incorporação de uma nova cultura e uma nova percepção das ações ministeriais, calcadas num modelo de gestão estratégica	
<b>Recursos do Programa</b> <b>R\$ 31.878.000,00</b>	
Compromisso	Fortalecer institucional e administrativamente o Ministério Público, alinhados aos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, visando a melhoria e a qualidade da prestação jurisdicional à sociedade
Órgão Responsável	Ministério Público
<b>Entrega/Iniciativa</b>	
Implementação da gestão estratégica	
Aperfeiçoamento do instrumental normativo	
Fomento a integração institucional	
Melhoria da gestão administrativa	
Fortalecimento da gestão orçamentária e financeira	
Fortalecimento da imagem institucional	
Aperfeiçoamento da política de gestão de pessoas	
Implantação de novo modelo de gestão de Tecnologia da Informação - TI	
Ampliação e melhoria da infraestrutura tecnológica	
Ampliação e melhoria da infraestrutura física	
Aquisição de imóvel para instalação de unidades do MP	
Construção, ampliação e reforma de unidades do MP	
Realização de Concurso Público	